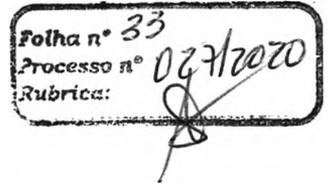




PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO-PGM
Rua Santos Dumont, nº 200, Centro.
CEP: 65.980-000 - Carolina/MA



OFÍCIO N° 040/2020-PGM

Carolina/MA, 13 de fevereiro de 2020.

A Sua Senhoria a Senhora

ANDRÉIA MOREIRA PESSOA ANTONIOLLI

Secretária Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo

Nesta

Assunto: Análise e Parecer.

Senhora Secretária,

Encaminhamos a Vossa Senhoria o **Processo Administrativo nº 027/2020-PMC**, com o respectivo parecer.

Atenciosamente,

DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Geral Adjunto do Município



Processo n° 027/2020 - PMC
Assunto: Parecer Inexigibilidade de licitação
Interessado: Secretaria Municipal de Cultura
Parecer n° 048/2020

PARECER JURÍDICO

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do processo 027/2020 – PMC, cujo objeto é a contratação direta de **MATHEUS SCHNEIDER CUNHA**, inscrito no CPF n° 613.674.403-19, mediante inexigibilidade de licitação, para prestação do show artístico de “**MATHEUS CUNHA**”, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura no evento cultural do **CARNAVAL DE CAROLINA**, a ser realizado no dia **25/02/2020**, para fins de parecer.

Em síntese é o relatório.

DO MÉRITO

Da fundamentação técnica

A licitação ou a exigibilidade do procedimento licitatório é a regra no Direito brasileiro. A dispensa e a inexigibilidade são exceções.

A licitação é também exigida para a contratação de profissional de qualquer setor artístico. Ela é inexigível quando estes profissionais são consagrados pela crítica especializada, ou pela opinião pública.

O pressuposto jurídico da inexigibilidade de licitação é a **INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO**, que, “*latu sensu*” é o certame em que um dos contendores reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, *sui generis* a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas. A lei de licitações enumera, taxativamente, no art. 25 incisos I a III, os casos de inviabilidade competitiva, *in verbis*:

Lei 8666/93 dispõe o seguinte:

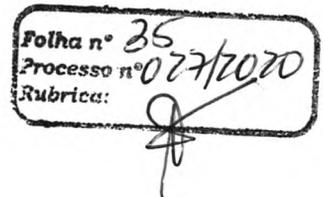
“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
(....)

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.” (grifo nosso)

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM



JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES (Contratação Direta sem Licitação. 5ª ed. Brasília Jurídica. 2004, p. 613-622) lembra que para a regularidade dessa contratação direta existem três requisitos, além da inviabilidade de competição:

- "- que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional;
- que seja feita diretamente ou através de empresário exclusivo;
- que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Ressalta que a "contratação de um artista, considerada como inviabilizadora da competição, constitui típica obrigação de fazer, do tipo *intuitu personae*, isto é, que só pode ser realizada diretamente pelo contratado". Agora, "a contratação é feita diretamente com o **artista** ou com o seu **empresário exclusivo**, como tal entendendo-se o profissional ou agência que intermedia, com caráter de exclusividade, o trabalho de determinado artista", ou melhor, "é o fornecedor exclusivo daquela mão-de-obra".

A Prefeitura Municipal de Carolina com fundamento no inciso III, do art. 23 e art. 216 e incisos, da Constituição Federal como respaldo constitucional que visa incentivar os valores artísticos, *in verbis*:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

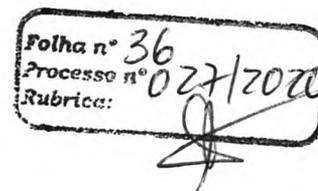
V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

No caso em acepção e tendo em vista a comemoração do Carnaval em Carolina se configura a inviabilidade de competição para a contratação de show artístico diretamente com o artista, conforme o caso, vez que existe características que atendem às

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM



pretensões da Administração de Carolina (oferecer uma festa popular) como aos anseios dos munícipes.

O teor dos dispositivos destacados escuda as pretensões da Administração uma vez que se enquadram ao caso em apreço.

Como também em análise quanto ao contrato dispõe a legislação da obrigatoriedade do contrato que deve atender as exigências do art. 62 e seguintes da Lei 8.666/93, quais sejam:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (Grifo Nosso)

Assim, nos autos em apreço encontra-se presente a MINUTA DO CONTRATO a ser celebrado entre a **MUNICÍPIO DE CAROLINA-MA** e o artista **MATHEUS SCHNEIDER CUNHA**, inscrito no **CPF n° 613.674.403-19**, nos ditames da Lei 8.666/93, conforme o processo a que se vincula a este contrato.

Inicialmente registramos que o contrato administrativo é regido pela Lei Federal n° 8.666/93, a qual se trata de norma geral e abstrata, e de competência da União.

Contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particular, em que há um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

Subordinam-se ao regime do contrato administrativo imposto pela Lei n° 8.666/93, além dos órgãos da Administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios (artigo 1º, parágrafo único da Lei supracitada).

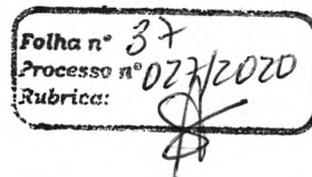
Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

O contrato administrativo tem as seguintes características: **formal, oneroso, comutativo e intuitu personae**. É **formal** porque deve ser formulado por escrito e nos termos previstos em lei. **Oneroso** porque há remuneração relativa contraprestação do objeto do contrato. **Comutativo** porque são as partes do contrato

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM



compensadas reciprocamente. *Intuitu personae* consiste na exigência para execução do objeto pelo próprio contratado.

Destarte, incumbe a Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da **Secretaria Municipal de Cultura**.

Diante do exposto, bem como as considerações acima elencadas, opinamos pelo DEFERIMENTO da contratação direta do artista **MATHEUS SCHNEIDER CUNHA**, inscrito no CPF nº **613.674.403-19**, bem como opinamos pelo DEFERIMENTO quanto a minuta do contrato administrativo nos termos do *artigo 55 caput e incisos, da Lei 8.666/93*.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carolina-MA., 13 de fevereiro de 2020.

DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Geral Adjunto do Município